



O ENTIMEMA E O EXEMPLO NA RETÓRICA DE ARISTÓTELES

Joelson Santos Nascimento

Mestrando em Filosofia (PPGF/UFS)

VIVA VOX (Grupo de pesquisa em Filosofia Clássica e Contemporânea/UFS)

RESUMO: O objetivo deste artigo é o de mostrar o conceito de entimema e exemplo fazendo a relação de ambos com as provas técnicas usadas na Retórica. Para isso mostraremos o que Aristóteles entende por provas técnicas e quais são as características das premissas usadas nesses dois modos de argumentação.

Palavras-chave: Entimema. Exemplo. Provas técnicas. Aristóteles. Retórica.

ABSTRACT: The aim of this paper is to show the concept of *enthymeme* and *example*, making the relation of both with technical proofs used in Rhetoric. In order to do that, we will show what Aristotle understands by technical proofs and which are the characteristics of the premises used in these two ways of argumentation.

Palavras-chave: Enthymeme. Exemple. Technical proofs. Aristotle. Rhetoric.

Considerações iniciais

Ser retórico, em sentido lato, como afirma John Freese (ARISTÓTELES, 2006, XI), é usar a linguagem de maneira a ser capaz de impressionar e influenciar os ouvintes para agirem de determinada forma. Antes mesmo do surgimento da democracia na Grécia, local onde a retórica terá seus contornos delineados por diversos autores, vemos surgir o embrião dessa arte através dos poemas de Homero. Tanto a *Iliada* quanto a *Odisseia* estão repletas de exemplos onde o discurso, além da coragem e da astúcia, faz parte da *aretē* de um indivíduo. Mas é com as instituições democráticas que a oratória passa ser retórica, ou seja: uma “ciência do discurso oratório”. Como afirma Jaeger:

Os discursos e diálogos das tragédias revelam-nos, além na formação da eloquência jurídica, a nova aptidão para a sutil argumentação lógica. Nisso Eurípedes revela-se, muito mais que na simples arte da palavra e nas figuras, discípulo da retórica. Por todo lado, descortinamos a tragédia em competição com as justas oratórias dos tribunais, que tanto entusiasmavam os atenienses. A disputa retórica tornava-se cada vez mais um dos principais atrativos do teatro. (JAEGER, 1989, p. 277)

Esse entusiasmo pela oratória dos tribunais foi criticado por Aristófanes em sua comédia *As Vespas*: nesta, o personagem Bdelyclêon, pai de Filoclêon, sofre de uma terrível doença: a paixão pelos tribunais: “A paixão dele é julgar; ele fica desesperado se não consegue ocupar o primeiro banco dos juízes” (ARISTÓFANES, 2004, p.17).

A preferência dos atenienses pela retórica forense não destoava de sua origem como *arte*. Na Sicília, em 485 a. C., Gélon e Hierão, tiranos de Siracusa, forneceram terras àqueles que, sob suas ordens, expropriassem e deportassem os cidadãos. Após o afastamento dos tiranos, a população da cidade tentou recuperar suas terras, mas para isso era preciso ir aos tribunais. Entretanto, muitos não tinham capacidade oratória necessária para realizar a tarefa: contratavam, então, pessoas com habilidades oratórias para tal empresa. Esse foi o passo inicial para o surgimento de professores e escolas com o intuito de habilitar pessoas a falar em ambiente judicial, sendo os primeiros manuais publicados por Córax e Tísias.

Aristóteles, porém, percebeu que a *pólis* não era composta apenas por tribunais, mas que existiam também assuntos a serem tratados por via do discurso nas assembleias, e que entre as próprias pessoas, em suas vidas privadas, havia diálogos e debates. Ou seja: o estagirita entendeu que tanto no âmbito público quanto no privado as pessoas faziam juízos e utilizavam a retórica – daí os três domínios da retórica aristotélica: a judiciária, a demonstrativa e a deliberativa.

O orador aristotélico, para atingir a finalidade do discurso retórico, deverá possuir conhecimentos sobre todos os assuntos pertencentes a cada um desses domínios. E além de possuir conhecimento sobre os temas a serem tratados no discurso, precisará também demonstrar sua veracidade. Para isso, deverá possuir provas e meios de usá-las. Aristóteles, diferentemente de seus predecessores, percebeu o caráter lógico inerente à estrutura do discurso e dispôs as paixões e o caráter moral do orador como parte dos elementos usados pelo orador na aquisição de provas.

Definição da Retórica

O livro I da *Arte Retórica* de Aristóteles principia com a definição da retórica, mostrando sua semelhança com a dialética (*Retórica*, I, 1354a). Nos *Tópicos* (I, 100b), fica clara essa conformidade, pois, segundo Aristóteles, raciocinar dedutivamente é discursar tendo como elementos premissas a partir das quais é gerada uma conclusão diferente delas mesmas. Ora, uma demonstração é aquela que parte de premissas verdadeiras, mas para uma proposição ser considerada verdadeira ela deve ser crível por si mesma e não por outras proposições. As premissas do silogismo dialético, porém, têm tão somente caráter verossimilhante, isto é, são aceitas ou por todos ou pela maioria ou pelos mais sábios (*Tópicos*, II, 100b). Segundo Aristóteles, a dialética e a retórica tratam de questões do cotidiano, não correspondendo a uma ciência particular, pois, quando se defende ou se examina uma tese, ou quando se apresenta uma defesa ou uma acusação (seja fortuitamente ou por hábito), estamos no campo tanto de uma quanto da outra: “De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender ou acusar” (ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 1354a).

Por acaso ou por hábito, todos pretendem alcançar através de suas palavras uma só finalidade: a persuasão. E sendo este um objetivo que não está nela mesma, a retórica

é classificada por Aristóteles como arte (*téchnē*). A retórica, porém, é um tipo de arte diferenciada das outras, pois as demais possuem um objeto que lhes é próprio, como a medicina no que diz respeito à saúde, enquanto a retórica não possui um gênero particular. A partir disso, Aristóteles define a retórica como o estudo do método da persuasão aplicado a casos distintos, ou seja: “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 1355b). Assim, do mesmo modo que é função da dialética discernir entre o silogismo falso e o silogismo aparente, é função da retórica distinguir entre o que é e o que não é verdadeiramente suscetível de persuadir.

Daí a crítica de Aristóteles aos que antes dele compuseram manuais de Retórica. Para o estagirita, estes autores centraram suas preocupações apenas no que era acessório, seja conferindo importância apenas ao discurso judiciário e desprezando os outros gêneros, seja concentrando-se sobre as paixões e pondo de lado o caráter racional da argumentação retórica. Assim, nada disseram no tocante às provas do discurso, e nem trataram da apresentação e do manuseio do entimema:

Não resta a mínima dúvida de que matérias externas ao assunto são descritas como arte por aqueles que definem outras coisas como, por exemplo, o que devem conter o proêmio e a narração, e cada uma das demais partes do discurso [...] mas sobre as provas propriamente artísticas, nenhuma indicação avançam; isto é, sobre aquilo que afinal torna o leitor hábil no uso do entimema. (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1355a, I)

Para Aristóteles, quem deseja persuadir uma audiência deve usar o melhor método, e este consiste em possuir provas, isto é, a demonstração – e para se demonstrar na retórica são usados o entimema e o exemplo.

O Entimema

A formação do silogismo e de suas conclusões pode originar-se de premissas que já foram demonstradas através de outros silogismos ou de premissas que ainda não foram demonstradas. No primeiro caso, a demonstração torna-se difícil pela grande

quantidade de premissas e, se os ouvintes forem incapazes de compreender por essa via, não se atinge o objetivo do discurso: a persuasão. No segundo caso, tratando-se de premissas sobre as quais os interlocutores não estão de acordo, não se atinge igualmente o objetivo do discurso, pois as premissas não são assentidas pela maioria. Assim, o entimema é um silogismo que se compõe de poucas proposições, que, em geral, são aceitas pela maioria das pessoas, facilitando dessa forma a compreensão dos ouvintes e a persuasão:

O entimema [é] formado de poucas premissas e em geral menos do que o silogismo primário. Porque se alguma dessas premissas for bem conhecida, nem sequer é necessário enunciá-la; pois o próprio ouvinte a supre. Como, por exemplo, para concluir que Dorieu recebeu uma coroa como prêmio da sua vitória, basta dizer: pois foi vencedor em Olímpia (ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 1357a).

Existem dois tipos de entimema: o demonstrativo e o refutativo. No primeiro, a conclusão é obtida através de premissas com os quais os interlocutores concordam; no segundo dá-se o mesmo; porém, chega-se a uma conclusão que não é aceita pelo adversário.

Assim, sendo o entimema uma espécie de silogismo, e sendo a função da dialética dar conta de todo tipo de silogismo, aquele que souber manejar a dialética saberá também manejar o entimema. No entanto, para isso, é preciso conhecer os objetos referidos pelo entimema e a diferença entre silogismo retórico e científico.

Diferença entre silogismo retórico e silogismo científico:

Segundo Aristóteles, toda deliberação, por comportar soluções contrárias, não possui o caráter da necessidade. Assim, as premissas dos entimemas são, em sua maioria, contingentes, enquanto na demonstração científica as premissas têm um caráter objetivo. Uma proposição matemática, por exemplo, “deve ser verdadeira independentemente da circunstância e do momento em que é pronunciada” (DINUCCI, 2008, p.20). Na retórica, por outro lado, os argumentos devem ser assentidos por ambas as partes (o interpelado e a audiência) e as premissas não são verdadeiras no sentido estrito ou científico do termo, pois, enquanto a verdade das demonstrações científicas depende da universalidade das suas proposições, o assentimento à deliberação retórica

depende das circunstâncias em que são pronunciados seus argumentos. Por isso, dizem-nos Voilquin e Capelle (ARISTÓTELES, 1980, p.22), a retórica não pode ser considerada uma ciência: não está fundada em conceitos gerais, mas em fatos acontecidos com determinada frequência. Como afirma Vernant:

Historicamente, são a retórica e a sofística que, pela análise que empreendem das formas do discurso como instrumento de vitória nas lutas da assembleia e do tribunal, abrem caminho às pesquisas de Aristóteles ao definir, ao lado de uma técnica de persuasão, regras da demonstração e ao pôr uma lógica do verdadeiro, própria do saber teórico, em face da lógica do verossímil ou do provável [...] (VERNANT, 2008, p. 54-55)

Quanto a isso, Meyer nos diz que:

A lógica “é apodítica; ou seja, uma ciência de conclusões determinadas porque seguem de princípios julgados absolutamente verdadeiros. A retórica, longe de ser ciência dos princípios, é uma teoria das consequências.” (MEYER: 2000, p.223).

Probabilidade e sinais

Quando Aristóteles afirma que apenas poucas premissas do silogismo retórico têm o caráter da necessidade, ele quer dizer que o entimema é derivado das probabilidades e dos sinais. A probabilidade é definida pelo estagirita como aquilo que acontece não sempre, mas na maioria das vezes. Exemplo: “Um sinal de que os sábios são justos é que Sócrates era sábio e justo.” Embora a sentença “Sócrates era sábio e justo” seja verdadeira, o sinal é refutável, pois dele não se pode raciocinar através de silogismo (ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 1357b). Já os sinais possuem uma dupla relação: entre o universal e o particular e entre o particular e o universal. Os que são considerados necessários para Aristóteles são aqueles com os quais podemos formar um silogismo e dos quais podemos afirmar serem irrefutáveis. Um exemplo de sinal necessário seria: “É sinal de uma pessoa estar doente o ter febre, ou de uma mulher ter dado a luz o ter leite” (ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 1357b). Nesse caso, se as premissas são verdadeiras, então a conclusão é irrefutável. Um exemplo da relação do universal com o particular seria: “É sinal de febre ter a respiração rápida.” (ARISTÓTELES,

Retórica, I, 1357b), pois, ainda que este sinal seja verdadeiro, ele é passível de refutação, já que nem sempre respiração rápida é sinal de febre.

A Máxima

Podendo ser uma premissa ou conclusão de um entimema (ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 1394a), a máxima é uma afirmação de cunho geral não aplicável a todas as coisas, mas somente àquelas em que estão envolvidas ações deliberativas. Assim, por ser o entimema uma espécie de silogismo também de caráter deliberativo, uma premissa ou uma conclusão de um entimema podem ser definidas como máxima. Aristóteles exemplifica isso com versos de *Hécuba*, de Eurípedes: “Não há homem que seja inteiramente feliz”; “Não há homem que seja livre” (ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 1394b). Esses são exemplos de máximas, que, sendo-lhes adicionada uma conclusão, transformam-se em entimemas: “Não há homem que seja inteiramente feliz, não há homem que seja livre, porque o homem é escravo da riqueza ou da fortuna” (ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 1394b).

O Exemplo

Na retórica, o exemplo baseia-se em fatos que aconteceram determinada quantidade de vezes, havendo no presente uma repetição dos mesmos. Não existe aí a relação do universal com o particular, nem do particular com o universal, mas sim das partes e dos semelhantes. Por exemplo: quando se têm termos iguais em gênero, sendo um deles mais conhecido, tem-se o exemplo. E Aristóteles ilustra:

Quando se afirma que Dionísio intenta a tirania porque pede uma guarda; pois também antes Pisístrato, ao intentá-la, pediu uma guarda e converteu-se em tirano mal a conseguiu, e Teágenes fez o mesmo em Mégara; estes e outros que se conhecem, todos eles servem de exemplo para Dionísio, de quem ainda não se sabe se é essa a razão por que a pede (ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 1357b).

O exemplo, assim como o entimema, é uma prova comum a todos os gêneros (ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 1393a) e se divide em duas espécies: os que provêm de

fatos passados e os que são criados pelo próprio orador, como as parábolas e as fábulas esópicas e líbicas.

Entre os exemplos que são provenientes dos fatos passados temos o da citação acima. As parábolas, por sua vez, são exemplificadas pelo estagirita com um dizer de Sócrates: “Os magistrados não devem ser tirados à sorte, porque isso é como se alguém escolhesse atletas por sorteio, não os que são capazes de competir, mas o que a sorte designasse” (ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 1393b). Já as fábulas ele exemplifica com um caso ocorrido na Sicília onde um certo Fálaris fora escolhido como general e pedira uma guarda pessoal. Estesícoro então contou ao povo a seguinte fábula:

Um cavalo tinha um prado só para si, mas chegou um veado e estragou-lhe o pasto; o cavalo, querendo então vingar-se do veado, perguntou a um homem se o podia ajudar a punir o veado. O homem consentiu, com a condição de lhe pôr um freio e o montar armado a dardos. Feito o acordo, o homem montou o cavalo e este, em vez de se vingar, tornou-se escravo do homem”. (ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 1393b).

As fábulas tornam-se úteis na medida em que não se dispõe de muitos fatos históricos semelhantes. No entanto, os argumentos baseados nos fatos históricos tornam-se mais úteis porque, na maioria das vezes, temos casos futuros semelhantes aos casos passados. No caso das parábolas, quem for capaz de enxergar semelhanças entre os fatos – e este é o filósofo – saberá mais facilmente criá-las. Por isso, para aquele que não usar o entimema será conveniente usar o exemplo. E, quando usar o entimema, o exemplo servirá como reforço ou epílogo, que funcionam como testemunhos de caráter persuasivo.

As Provas

A retórica aristotélica está baseada em provas e, como foi visto, elas são um tipo de demonstração. Para se demonstrar na retórica com fins persuasivos usamos o entimema e o exemplo. Aristóteles afirma também existirem, entre as provas, umas que dependem e outras que não dependem da arte retórica. As que dependem, ou seja, as que são produzidas pelo orador, são: a que reside no seu caráter moral (*ethos*); as emoções criadas nos ouvintes (*pathos*) e a demonstração do próprio discurso (*logos*) –

domínio em que o orador faz do uso do entimema. As que não dependem, isto é, as que não são produzidas pelo orador, bastando a ele que as utilize, já sendo preexistentes, são: os testemunhos, as confissões mediante tortura, as convenções escritas (leis) e os juramentos. Como nosso trabalho tem como objetivo realizar um estudo das primeiras, faremos a seguir uma análise das provas técnicas.

Provas Técnicas

Aristóteles nos diz que a retórica se concentra na produção de juízos (*Retórica*, II, 1377b), pois tanto na deliberação quanto na decisão dos tribunais afirmamos ou negamos algo sobre alguma coisa ou alguém. Desse modo, não é o ato de julgar estruturado apenas logicamente: por serem as decisões do público afetadas por suas experiências pessoais, mostrar simplesmente o discurso de forma lógica não realizará o objetivo do orador. Este deve estar em certas disposições e inspirar confiança nos seus juízes. Para que isso aconteça, é preciso que o orador aparente possuir prudência, virtude e benevolência (ARISTÓTELES, *Retórica*, II, 1378a). Para os ouvintes, reflete o estagirita, a falta de uma dessas qualidades fará do orador um traidor da verdade: pois se não possuir prudência, não possuirá justeza de opinião; caso tenha opinião justa, a maldade o impedirá de dizer o que lhe parece bom; caso possua somente prudência e virtude, a falta de benevolência o impedirá de exprimir a melhor determinação. Assim, o *ethos*, como um dos modos de persuasão, é aquele que gera a confiança do ouvinte. Cabe salientar, como o faz Schutrumpf, (1994, p.97), que Aristóteles não tem em vista aqui as qualidades morais reais do orador, mas tão somente as que ele aparenta possuir. As pessoas, diz o estagirita, acreditam prontamente em pessoas aparentemente honestas (ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 1356a), sobretudo se não tiverem o devido conhecimento sobre o assunto tratado pelo orador.

Cabe também ao orador conhecer as paixões do público e saber como manipulá-las. Esse conhecimento consiste em saber em que disposição sentimos uma paixão, por quem a sentimos e quais as causas que fazem com que a sintamos. Por exemplo: temos o conhecimento sobre a calma quando sabemos as respostas às seguintes questões: o que é ser calmo? Com quem somos calmos? Por qual motivo o somos? A partir desse conhecimento o orador pode estimular a calma nos ouvintes (bem como o seu contrário) quando isso for necessário para atingir a persuasão. Isso porque os juízos se modificam

de acordo as paixões, já que, dependendo das emoções que dominam os ouvintes, o mesmo fato pode ser percebido diferentemente por eles. Por exemplo: diante de uma audiência sobre a qual se infundiu o temor, o anúncio de uma batalha causará alarme, mas diante de uma audiência sobre a qual se infundiu a coragem, o anúncio da mesma batalha causará entusiasmo.

Entre os capítulos 2 e 11 do livro II da *Arte Retórica*, Aristóteles apresenta uma relação das paixões e seus respectivos contrários, relação sobre a qual o orador deverá ter o devido conhecimento, estimando as causas das paixões e as disposições para estimular a emoção apropriada no público. Segundo Manuel Alexandre Júnior, Aristóteles, com isso, reúne elementos para constituir uma argumentação psicológica que o estagirita anexa à argumentação lógica, retirando do estudo das paixões premissas para os entimemas: “O sofista estimula as emoções para desviar os ouvintes da deliberação racional. O orador aristotélico controla as paixões pelo raciocínio que desenvolve com os seus ouvintes” (ARISTÓTELES, 2005, p.41). Para Conley (2005, p.304-305), a produção e a dissolução das emoções no público devem ser compreendidas a partir de duas observações feitas por Aristóteles sobre as paixões: a primeira se refere à interconexão causal entre as emoções; e a segunda se refere ao fato de que toda emoção possui o seu contrário. Por exemplo: alguém pode sentir medo ao se defrontar com alguém que tenha grande poder destrutivo, ou seja de algum modo capaz de causar dano: isso fará com que ele não sinta raiva do que teme, pois o medo exclui a raiva. Quanto à contrariedade, se uma pessoa sente grande medo, ela não pode ser confiante; se se comporta respeitosamente, não pode ser irreverente. É por isso que Walker afirma que, na retórica aristotélica, as paixões são as responsáveis pelos juízos práticos e estéticos: “Por incluir uma explicação do *pathos* em sua teoria da retórica, Aristóteles, implicitamente ou sem intenção, confia a teoria ao reconhecimento de que toda razão prática é razão patética, que todo entimema é entimema do *pathos*” (WALKER, 2000, p.91).

Considerações finais

Vimos assim, que, para Aristóteles, a demonstração retórica se subdivide em entimema e exemplo. Tal demonstração tem uma faceta lógica e outra psicológica: lógica porque o orador deve dominar a arte da produção de entimemas, deve ter o

domínio da estrutura lógica dos argumentos e saber suprimir e adicionar premissas; psicológica porque o orador deve ter conhecimento sobre os costumes e as paixões, por meio do qual fará surgir no público, através das palavras, emoções essenciais para a produção dos juízos visados por ele próprio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARISTÓFANES. *As Vespas; As aves; As Rãs*. 3ª Edição. Trad. Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1985.

_____. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

ARISTOTLE, *Art of Rhetoric*. Trad. John Henry Freese. Harvard: Loeb Classical Library, 2006.

AUBENQUE, Pierre. *A prudência em Aristóteles*, Trad. de Marisa Lopes. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

CONLEY, Thomas. *Pathe and Pisteis: Aristotle Rhet. II 2-11*. Proquest Information and Learning Company, 2005.

DINUCCI, Aldo Lopes. Kairós, Retórica e Ética em Górgias de Leontinos. IN: Revista Controvérsia, UNISINOS, vol. 4, nº 1, 2008.

ISIDRO PEREIRA, S.J. *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, 5ª Edição, Lisboa: Livraria Apostolado da Imprensa, 1976.

JAEGER, Werner Wilhelm. *Paidéia: a formação do homem grego*. 2ª Edição. Trad. de Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

KASTLEY, James L. *Rhetoric and Emotion* IN: *A Companion to Rhetoric and Rhetorical Criticism*. Nova Iorque: Blackwell, 2004.

SCHUTRUMPF, Eckart, *Non-Logical Means of Persuasion in Aristotle's Rhetoric and Cicero's De oratore*. IN: *Peripatetic Rhetoric After Aristotle*. Rutgers University Studies in Classical Humanities, 1994.

VERNANT, Jean Pierre, *As origens do pensamento grego*, 17ª Edição, Trad. Ísis Borges B. da Fonseca, Rio de Janeiro: Difel, 2008.